

**HABEAS CORPUS Nº 561.570 - RS (2020/0035155-5)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : JULIO CESAR PAUVELS**  
**ADVOGADO : JULIO CESAR PAUVELS - RS101305**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PACIENTE : STEFANI SOUZA SANTOS (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado contra decisão liminar de fls. 119-125.

No curso deste *writ*, sobreveio decisão do Tribunal *a quo*, assim ementada (fl. 162):

HABEAS CORPUS. SOLTURA DA PACIENTE NA ORIGEM. PERDA DE OBJETO. Concedida a liberdade provisória à paciente pela autoridade tida como coatora, configurada está a perda do objeto, fulcro no art. 659 do CPP. AÇÃO CONSTITUCIONAL PREJUDICADA.

A paciente foi presa em flagrante em 17/1/2020, pela prática do crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33 da Lei 11.343/2006, tendo a prisão em flagrante sido convertida em preventiva.

O impetrante alega a inidoneidade dos fundamentos da segregação cautelar e a desproporcionalidade da medida. Sustenta, ainda, que a paciente é mãe de dois filhos menores de 12 anos, possui condições pessoais favoráveis, requerendo, assim, a revogação da prisão preventiva, com ou sem a imposição de medidas cautelares alternativas ao cárcere ou a substituição da prisão pela domiciliar.

A liminar foi deferida.

As informações foram prestadas.

Manifestou-se o Ministério Público Federal pela *concessão da ordem de habeas corpus de ofício*.

É o relatório.

DECIDO.

A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra

MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado de sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão monocrática que julgou prejudicado o *habeas corpus* na origem assim dispôs (fl. 163):

Segundo se depreende da movimentação do processo de origem, tombado sob o n. 011/2.20.0000196-4, junto ao site oficial desta e. Corte, verifica-se que foi concedida a liberdade provisória à paciente, senão vejamos:

21/02/2020 RECEBIDOS OS AUTOS SOLTURA DE PRISÃO EM FLAGRANTE OU PRISÃO TEMPORÁRIA S.S.S.

Assim, concedida a liberdade provisória à paciente pela autoridade tida como coatora, resta prejudicada a ordem impetrada, nos termos do art. 659 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 112-115):

No caso dos autos, há prova da materialidade e indícios suficientes da autoria, comprovados pelo registro de ocorrência, autos de apreensão, autos circunstanciados de busca e apreensão, laudo de constatação preliminar e pelos depoimentos das testemunhas. **Foram encontrados com os flagrados uma porção de 0,80g de maconha, dentro do armário da cozinha, cinco porções de cocaína, peso total de 3,40g, dentro de um pote de plástico amarelo, uma balança de precisão, três aparelhos celulares e valores em espécie, em notas fracionadas, no local onde encontravam-se.**

Assim, a quantidade e forma em que encontrada a droga, além da existência de petrechos comumente usados para a traficância, valores em espécie em notas fracionadas, torna evidente a existência de comércio de entorpecentes e que, para os flagrados, o crime é um meio de vida que só mesmo a adoção de medida extrema (sua prisão) pode fazer cessar.

Além do mais, a ação policial decorreu de cumprimento de mandado de busca e apreensão, oriundo de investigações que ligavam os flagrados, companheiros, ao mundo do crime, especialmente ao comércio de entorpecentes em sua residência.

Vale ressaltar que o flagrado Carlos é reincidente, com várias condenações transitadas em julgado, respondendo, ainda, a outros processos criminais, conforme certidão de antecedentes dos autos.

**Com relação a flagrada Stéfani, em que pese primária, sem antecedentes e com endereço fixo, segundo o relato dos policiais que efetuaram o cumprimento de mandado de busca e apreensão, a mesma saiu correndo pelos fundos da residência e jogou o estojo, onde encontravam-se a droga, o dinheiro e a balança de precisão, em cima do telhado do vizinho, em nítida tentativa de escapar da atuação policial, o que não ocorreu porque guardando o local estava uma policial**

**enquanto os demais agentes adentravam na casa para cumprimento do mandado.**

Portanto, deve a prisão ser decretado para garantia da ordem pública.

Não se mostram eficientes e/ou pertinentes para o caso em tela a utilização de outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, em face do risco concreto de em liberdade, os flagrados persistirem na senda criminoso.

Melhor sorte também não socorre a flagrada Stéfani, com relação ao pedido de concessão de prisão domiciliar em virtude de possuir dois filhos menores de idade.

Em que pese juntados aos autos documentos comprovando suas idades, somente veio a certidão de nascimento do filho mais velho. Do mesmo modo, nada foi trazido a fim de comprovar que as crianças dependem, única e exclusivamente da flagrada Stéfani.

**Por outro lado, denota-se que o delito (em tese) estava sendo perpetuado dentro da própria residência (como evidenciado no presente expediente e no expediente nº 011/2.19.0004230-8 - mandado de busca e apreensão), demonstrando que tal prática poderá continuar ocorrendo caso seja a flagrada colocada em prisão domiciliar, não se evidenciando a sua permanência no local como proteção aos filhos menores, muito pelo contrário, já que expostos a risco extremo se lá conviviam.**

[...]

Portanto, inviável a concessão de prisão domiciliar a flagrada Stéfani.

No entanto, a fim de resguardar os direitos dos menores, oficie-se ao Conselho Tutelar e à Assistência Social Judiciária para que acompanhem e façam relatório da situação dos menores, anterior e posterior à prisão dos genitores, enviando ao juízo em que distribuído o feito para nova análise, se for o caso, no prazo de 05 dias.

Restando presentes os elementos que autorizam a decretação da prisão preventiva, fragilizada está a análise da pertinência de outras medidas cautelares.

Deixo de realizar a audiência de apresentação/custódia dos indiciados em plantão (art. 10 da Resolução nº 213/2015, do Conselho Nacional de Justiça), porquanto, inadequadas as condições de segurança oferecidas pelo Foro desta comarca para a implementação do ato.

Portanto, designo audiência de custódia, a ser realizada no dia 20/01/2020, às 14h10min, junto à sala de audiências da V Vara Cível.

Isso posto, HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante de Carlos Júnior Santos Tessalli e Stéfani Souza Santos, convertendo-o em PRISÃO PREVENTIVA, para garantia da ordem pública, que ora decreto.

Como já adiantado no exame da liminar, o Juízo de origem apresentou fundamentação concreta, baseada na quantidade de drogas apreendidas, na existência de petrechos e objetos destinados à traficância, na fuga empreendida pela acusada no momento da abordagem policial e no fato de que tráfico ocorria na residência em que a paciente reside com seus filhos menores.

Tais circunstâncias demonstram, em sede de cognição sumária, que a

autuada estava envolvida com a prática do tráfico de entorpecentes.

Contudo, ao analisar os elementos do caso, verifica-se que, embora conste do decreto prisional fundamento concreto, os riscos apontados não exigem tão gravosa cautelar como a prisão, pois a paciente é primária e a quantidade de entorpecentes apreendidos não se revela expressiva – *0,80g de maconha, dentro do armário da cozinha, cinco porções de cocaína, peso total de 3,40g*. Além disso, a apreensão de petrechos e objetos relacionados ao tráfico, isoladamente, não enseja a imposição da medida extrema.

Nesse sentido, a Sexta Turma tem entendido que o tráfico flagrado de não relevante quantidade de drogas, somente com especial justificação permitirá a prisão por risco social.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para soltura da paciente STEFANI SOUZA SANTOS, o que não impede nova e fundamentada decisão de necessária cautelar penal, inclusive menos gravosa do que a prisão processual.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator